

## CONFERÊNCIAS

### TENTANDO APRENDER UM POUQUINHO. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral

*Alessandro Portelli\**

#### *Responsabilidades*

Antes de ser convidado a participar de uma conferência sobre História Oral e Ética, jamais me ocorrera que havia princípios éticos específicos relacionados à História Oral, além daqueles inerentes à condição de cidadão e de intelectual acadêmico. À semelhança de todos os pesquisadores, os historiadores orais têm a responsabilidade não só de obedecer a normas confiáveis, quando coligem informações, como também de respeitá-las, quando chegam a conclusões e fazem interpretações — correspondam ou não a seus desejos e expectativas. Como somos agentes ativos da história e participantes do processo de fazê-la, cabe-nos, por outro lado, situar a ética profissional e técnica no contexto de responsabilidades mais amplas, tanto individuais e civis como políticas. Em última análise, as diretrizes éticas e jurídicas terão razão de ser apenas se constituírem manifestações externas de uma consciência mais abrangente e profunda do compromisso pessoal e político com a verdade e a honestidade, na medida de nossas possibilidades. Portanto, nesta parte do trabalho, em vez de tentar requintar ainda mais os códigos de comportamento profissional, procurarei investigar a forma pela qual esses compromissos se sobrepõem aos procedimentos específicos da História Oral.

A rigorosa obediência às diretrizes profissionais pode não ser incompatível com formas mais profundas de manipulação e com estratégias mais sutis de deturpação — nem se tornar, na verdade, uma justificativa para ambas. As diretrizes éticas talvez representem, neste caso, não só uma proteção de que dispõem os entrevistados contra

\* Professor de Literatura Americana da Universidade “La Sapienza” de Roma.

a manipulação, por parte do entrevistador, como também uma proteção deste contra reivindicações dos entrevistados — ou seja, depois de cumpridas as etapas predeterminadas, nossa liberdade é total, uma vez que não podem processar-nos. Eu mesmo já me conscientizei de que tomo o máximo de cuidado no sentido de guardar autorizações para publicação, bem como aprovação das transcrições e citações quando minha posição política é contrária à das pessoas que entrevistei. Nessas circunstâncias, eu poderia usar as informações dadas por elas de maneiras que talvez as desagradassem (mais adiante, neste trabalho, apresentarei um episódio em que isso tenha ocorrido).

Na maioria dos outros casos, conto com as garantias de que: a) as compensações materiais de tudo aquilo que faço neste campo são tão irrisórias que dificilmente suscitarão controvérsias sérias; b) tenho um compromisso *comigo mesmo* de não usar o material da entrevista de formas que possam prejudicar a pessoa de quem o obtive, nem de a ela desagradar. Assim sendo, é pouco provável que eu receba quaisquer reclamações que não possam ser elucidadas de boa-fé. Com base nessas duas afirmações, sei, por experiência própria, que um acordo verbal — possivelmente gravado em fita — tem valor idêntico ao de um contrato lavrado em cartório e constitui garantia suficiente para ambas as partes. Reconheço que tal atitude pode não ter fundamento no tocante a questões jurídicas sérias (e, por isso, a posição que adotei me impede de propor uma ética normativa e de expor princípios morais sobre qualquer assunto — e a ninguém recomendo essa postura). Ela decorre, em parte, das condições relativamente não-estruturadas de meu próprio trabalho.<sup>1</sup>

A bem da verdade, muitas vezes tenho a impressão de que requisitos cada vez mais complexos de ética profissional são elaborados para pessoas ou instituições que dispõem de recursos, tempo e assistência necessários para cumpri-los. Essas diretrizes fazem com que pesquisadores profissionais ou voluntários se sintam muito culpados e antiéticos, seja porque não devolvem cópias de todas as fitas e transcrições, seja porque não mantêm contato com os narradores, seja ainda porque deixam de tomar as devidas precauções legais, etc. Embora devamos mostrar empenho no cumprimento dessas ta-

1 Embora eu seja intelectual acadêmico, não me situo profissionalmente no campo da História Oral (nem, na verdade, da História). Assim, não posso contar com uma estrutura planejada para esse tipo de trabalho que continua a ser, até certo ponto, voluntário. Não sei muito bem se preferiria que tal situação fosse diferente. Em vinte anos, consegui encontrar um arquivo onde guardar minhas fitas e transcrições, fazer um índice talvez confiável delas e torná-las acessíveis a outros pesquisadores.

refas tão bem quanto conseguirmos, não podemos permitir que tornem burocrático nosso trabalho; apesar de isso não assegurar um comportamento verdadeiramente ético, traz o risco de aniquilar muitas das forças que têm mantido viva a História Oral.

Nesse contexto, compromisso com a honestidade significa, para mim, respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos; compromisso com a verdade, uma busca utópica e a vontade de saber “como as coisas realmente são”, equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de “como as coisas podem ser”. Por um lado, o reconhecimento da existência de múltiplas narrativas nos protege da crença farisaica e totalitária de que a “ciência” nos transforma em depositários de verdades únicas e incontestáveis. Por outro, a utópica busca da verdade protege-nos da premissa irresponsável de que todas as histórias são equivalentes e intercambiáveis e, em última análise, irrelevantes. O fato de possíveis verdades serem ilimitadas não significa que todas são verdadeiras no mesmo sentido, nem que inexistem manipulações, inexatidões e erros.

### *Individualidade, igualdade e diferença*

*As pessoas em geral acreditam que as únicas memórias dignas de serem lidas ou lembradas são aquelas em que há acontecimentos extraordinários ou notáveis ... Portanto é, confesso, bastante arriscado para um indivíduo obscuro — e, mais grave ainda, um estranho — assim pedir a complacente atenção do público, principalmente quando reconheço que não apresento, aqui, a história de um santo, de um herói, nem de um tirano ...*

Oludah Equiano<sup>2</sup>

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito — assim como a sociologia e a antropologia — a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele. O significado

2 “The interesting narrative of the life of Oludah Equiano, or Gustavus Vassa, the African. Written by Himself (1785)”. In: Gates Jr., H. L. *The classic slave narratives*. Nova York, Penguin, 1987, p. 11.

e a ética dos contatos humanos diretos, na experiência do trabalho de campo, são imprescindíveis ao significado e à ética no exercício de nossa profissão.

A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças. Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são — assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes — exatamente iguais.

É por esse motivo que eu, pessoalmente, prefiro evitar o termo “memória coletiva”. Embora estejamos trabalhando com o intuito de registrar lembranças que possam ser coletivamente compartilhadas e aproveitadas, devemos ser cautelosos ao situá-la fora do indivíduo. Por diversos motivos (por exemplo, na sociedade contemporânea, cada pessoa reúne fragmentos de muitas recordações sociais diferentes em um todo inconfundivelmente pessoal), esse procedimento seria questionável, em termos éticos, pois tenderia a fazer com que encarássemos os indivíduos como intercambiáveis e desinteressados do próximo. Na verdade, quase nunca somos notificados sobre *quem* contou para o antropólogo a respeito de um determinado mito, *que* narrador deu, ao estudioso, *quais* informações referentes a *que* característica da cultura. Desse modo, esta fica distanciada daqueles que a criaram e a vivenciaram.

Conseqüentemente, enquanto as outras ciências sociais desempenham a indispensável tarefa de abstrair, da experiência e memória individuais, padrões e modelos de memória que transcendem à pessoa, a História Oral alia o esforço de reconstruir padrões e modelos à atenção às variações e transgressões individuais concretas. Assim, a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos — a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o

tecido. Em última análise, essa também é uma representação muito mais realista da sociedade, conforme a experimentamos.

Nesse sentido, a História Oral não deixa de se assemelhar à literatura. Embora a teoria e a crítica literárias realmente se ocupem de conceitos tão transcendentais ao indivíduo, como gênero, estilo, período, escola ou influências literárias, no final, a conclusão é a de que o elemento responsável por fazer com que um trabalho literário produza impacto reside no fato de ele, de maneira inconfundível, aglutinar, transgredir, transcender e transformar gênero, estilo, período e escola. De modo análogo, exatamente por dizer respeito a pessoas “comuns”, a “indivíduos isolados e obscuros”, que podem, “além disso, ser estranhos”, a História Oral não se concentra nas pessoas médias, mas não raro considera mais *representativas* aquelas que são extraordinárias ou incomparáveis. Como sugiro em outra parte deste trabalho<sup>3</sup>, o escravo que foi punido com cem chibatadas pode esclarecer mais a instituição da escravatura do que aqueles que foram chicoteados 0,7 vezes por ano. O número extremamente reduzido de toxicômanos, em uma cidadezinha industrial, pode fornecer indicações inestimáveis sobre a experiência dos jovens como um todo. Além disso, um contador de histórias criativo ou um brilhante artista da palavra constituem fonte de conhecimento tão rica quanto qualquer conjunto de estatísticas.

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos — ou as vítimas, os transgressores, os artistas — que produzem impacto. Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. Cada um de meus entrevistados — talvez quinhentos —, e na afirmação que se segue não há nenhum clichê, representou uma surpresa e uma experiência de aprendizado. Cada entrevista é importante, por ser *diferente* de todas as outras.

Por conseguinte, o que o trabalho nos ensina não é a importância abstrata do indivíduo, alardeada pelo capitalismo competitivo e liberal, mas a importância idêntica

3 Ver “Philosophy and the facts. Subjectivity and Narrative Form in Autobiography and Oral History”. In: *The Battle of Valle Giulia - Oral History and the Art of Dialogue*. Madison, University of Wisconsin Press, 1997.

*de todos os indivíduos*. A bem da verdade, embora realmente entrevistemos pessoas de elite, fomos motivados a iniciar nosso trabalho, e a ele damos continuidade, porque, em essência, desejamos ouvir aqueles que não foram ouvidos — as pessoas comuns, os trabalhadores, os pobres e os marginalizados, os homossexuais, os negros, as mulheres, os colonizados. Em nossa área de atuação, a voz de todos esses indivíduos, isolados e obscuros — e, sem exceção, muito especiais —, é *igualmente* importante e necessária.

A História Oral como uma arte do indivíduo, portanto, leva ao reconhecimento não só da diferença, como também da igualdade. A diferença é, antes de mais nada, aquela entre as numerosas pessoas com quem conversamos, porém, compreende, também, o elemento de serem diferentes *de nós* — constituindo essa a razão primordial que nos motiva a procurá-las. Essa diferença, por sua vez, chama-nos a atenção para a realidade de os historiadores orais muito diferirem entre si e ainda para o fato de valorizarem essas diferenças, ou seja, sua não-conformidade com as idéias predominantes em nossa sociedade.

Verificou-se uma das instigantes diferenças na conferência realizada em São Paulo, quando, no terceiro dia, Mary Marshall Clark fez uma palestra sobre o fato de a História Oral ser eticamente importante porque se baseia na ética da coletividade e está arraigada na memória coletiva. Na antevéspera, eu abri os trabalhos com a argumentação sobre a História Oral como arte do indivíduo. Ao ouvi-la, acreditei que estava coberta de razão. Quando lhe contei isso, observou que também eu estava certo.

À parte o respeito que todos temos pelas idéias de outros colegas, terminamos por concordar que, embora todos nós trabalhemos com indivíduos e, ao mesmo tempo, com parâmetros coletivos, colocamos em primeiro plano diferentes aspectos de nosso trabalho, pois ambos desejávamos enfatizar as diferenças existentes entre as respectivas tradições. Clark insistiu no conceito de coletivo porque considera a História Oral imprescindível para restringir o elemento moral individualista e competitivo que tem prevalecido no capitalismo liberal de livre empresa nos Estados Unidos. Em contrapartida, ressaltai o indivíduo, pois me conscientizei de que a tradição marxista a que pertencerei deixou de reconhecer que as massas e as classes são constituídas de pessoas diferentes entre si. Aquilo que ela e eu tínhamos em comum era uma idéia da História Oral como diferença, como uma prática inquestionavelmente antagonista e contestadora.

No pensamento pós-estruturalista recente, bem como em algumas correntes do feminismo, a diferença tem sido postulada como o único ideal a ser atingido, sendo contrária à igualdade e incompatível com ela. Eu concordaria que são os dois lados de

uma mesma moeda, moeda essa denominada “liberdade”. A liberdade significa a possibilidade de escolhermos nossas próprias diferenças, mas essa escolha só se torna viável em um estado igualitário. A diferença se transformará em hierarquia e em opressão, a menos que essa liberdade de escolha seja compartilhada por todos, nas mesmas proporções: as diferenças universais têm como base os direitos universais iguais (exceto, é claro, se estivermos nos referindo apenas à “liberdade” individualista e competitiva de fazer prevalecer a diferença de um ser humano sobre os direitos de outros). Não teremos condições de reivindicar nossas diferentes identidades, se formos todos iguais, e tampouco conseguiremos procurar a diferença por nós escolhida, se alguém tiver poder para nos impingir uma igualdade forçada (assimilação) ou uma diferença imposta (racismo e sexismo). Na busca pela diferença, não podemos nos esquecer de que também acalentamos um sonho de compartilhar, de participar, de comunicarmo-nos e de dialogar.

É isso que implica o caráter dialógico da História Oral, bem como seu trabalho de campo: a fim de sermos totalmente diferentes, precisamos ser verdadeiramente iguais e não conseguiremos ser verdadeiramente iguais se não formos totalmente diferentes. Como já argumentei em outras ocasiões, o trabalho de campo é, por necessidade, um experimento em igualdade, baseado na diferença.<sup>4</sup> É preciso “que sempre exista uma linha”<sup>5</sup> de diferenças que, depois de transposta, torne-se plena de significado, mas é necessário que exista também uma “linha”, segundo a qual possamos comunicar o desejo de encontrar um terreno e uma linguagem comuns, que possibilitem a troca — aquilo que, como nos lembra Tzvetan Todorov, é nossa natureza humana profundamente arraigada.

### *Boas maneiras. A ética do trabalho de campo*

Nas sociedades essencialmente desiguais em que vivemos e trabalhamos, a maioria das entrevistas não é feita com indivíduos que, de fato, estão em pé de igualdade conosco. Não raro conversamos com pessoas poderosas, que pertencem à elite; com maior

4 Portelli, A. “Research as an experiment in equality”. In: *The death of Luigi Trastulli and other stories. Form and meaning in Oral History*. Albany, Nova York, State University of New York Press, 1991, pp. 29-44.

5 Portelli, A. “There’s gonna always be a line. History-telling as a multivocal art”. In: *The Battle of Valle Giulia - Oral History and the Art of Dialogue*. Madison, University of Wisconsin Press, 1997.

freqüência, somos nós as pessoas investidas de autoridade, dirigindo-nos a outras sem autoridade oficial. Na maioria dos casos, o poder, o status e o prestígio — reais ou imaginários — oferecidos por nossa profissão interferem no desempenho do trabalho.<sup>6</sup>

Portanto, se tivermos um compromisso com a “verdade”, como conseguiremos que nossas “fontes” nos dêem sua versão daquilo que realmente acreditam ser verdadeiro? Não o conseguiremos nunca, talvez (“Onde você estabelece o limite sobre o que falar?”, indaga Mildred Shackelford, poeta, ativista e mineira de carvão, furtando-se a uma pergunta delicada).<sup>7</sup> Devemos, não obstante, fazer um esforço para criar um ambiente em que as pessoas tenham condições de estabelecer os próprios limites e de tomar as próprias decisões a esse respeito. Não o conseguiremos ignorando as diferenças que nos tornam desiguais, nem paternalística (e desonestamente) simulando uma igualdade que inexistente. Em vez disso, devemos deitar por terra a diferença, encará-la menos como uma distorção da comunicação do que como a própria base desta e situar a conversa no contexto da luta e do trabalho, com o intuito de criar igualdade. Temos um interesse não apenas ético, mas também profissional nesse processo. O trabalho cultural precisa criar as condições políticas para sua diferença e existência, como afirmou Gianni Bosio:

A fim de preservar sua não-integração, o *trabalho cultural* é levado a criar as armas que asseguram sua própria sobrevivência. O trabalho cultural torna-se, obrigatoriamente, luta política: por necessitar de autodefesa e por ser a luta política a mais elevada forma de trabalho cultural.<sup>8</sup>

O que significa ir à casa de alguém e pedir permissão para ligar o gravador (seria necessário sublinhar *pedir permissão!*)? Na maioria dos casos, agimos espontaneamente — porque, se não agirmos assim, melhor será nem sequer agir. Comportar-se corretamente não é uma técnica a ser aprendida naqueles manuais em que nos sugerem fazer

6 Para discussões anteriores sobre esse dilema, consulte Borzeix, A. e Marzani, M., La duplicité incontournable du métier de sociologue e Chamberlain, M. Power and authority in the collection and presentation of Oral History material, ambos em *V Colloquy Internacional d'Historia Oral. El Poder en la Sociedad* (Barcelona, 29 a 31 de março de 1985, pp. 65-72 e 163-74). Os trabalhos de Borzeix e Marzani também foram reimpressos como La memoria come un obiettivo de poder y la duplicitad insoslayable del oficio del sociólogo, em Vilanova, M. (ed.), *El poder en la sociedad. Historia y fuente oral* (Barcelona, Antoni Bosch, 1986, pp. 109-19).

7 Mildred Shackelford, nascida em 1950, Evarts (Harlan Co), Kentucky, entrevistada em 2 de novembro de 1990, em New Market, Tennessee.

8 Bosio, G. “Lettera a Giuseppe Morandi (1967)”. In: *L'intellettuale rovesciato*. Milão, Edizioni Bella Ciao, 1985, p. 186.

com que o entrevistado se sinta à vontade, a oferecer-lhe um cigarro... Quase todas as pessoas são suficientemente perspicazes para discernir quando alguém está tentando seduzi-las ou usá-las.

Tentarei explicar o que isso significa recorrendo a uma história. Antes de começar o trabalho de campo no município de Harlan, eu havia sido advertido diversas vezes de que os habitantes do local haviam sido cultural e economicamente explorados, (em bom português: eram retrógrados e pouco civilizados) a tal ponto que nutriam desconfiança em relação a todos os estranhos e antropólogos. Em alguns casos, os intrusos haviam sido baleados.<sup>9</sup> Quando, finalmente, senti-me preparado para minha primeira visita, telefonei a uma senhora que me fora indicada e perguntei-lhe se podia ir a sua casa e fazer uma entrevista. Ela aquiesceu de imediato. Seis anos depois, contou-me que consultara a irmã, por telefone, e que haviam concluído: “Se ele não for daqueles muito metidos, a gente conversa com ele”. Em primeiro lugar, essa atitude levanta a questão de quem observa quem na entrevista. Entretanto, também é interessante a forma pela qual concluíram que eu não era “daqueles muito metidos”. Essa senhora simplesmente se negava a realizar as tarefas domésticas, por uma série de motivos que, posteriormente, vim a apreciar e a valorizar (entre eles, sua recusa em abrir mão do trabalho comunitário). Tendo duas filhas solteiras, três netos e um marido incapacitado, sua casa estava — e não corro o risco de exagerar — bastante descuidada. “Só conversei com você”, explicou-me ela, quando já éramos amigos o suficiente para falar no assunto, porque “entrou e sentou. Não ficou procurando um lugar limpo onde botar o traseiro”.

Isso significa que, quando fazemos uma entrevista, invadimos a privacidade de outra pessoa e tomamos seu tempo. No início do projeto de História Oral com os universitários, em Roma, meus colaboradores — os estudantes — pediram-me: “Ensine-nos a fazer entrevistas”. Ninguém jamais me solicitara isso. Em última análise, tudo aquilo que eu podia lhes ensinar, ou seja, a única técnica que me ocorreu foi: ajam com educação. Ter boas maneiras não significa apenas falar em um tom de voz agradável, dizer “muito obrigado”, sentar onde nos mandam sentar, tomar o café ou o vinho que nos oferecem (normalmente não tomo vinho nem café com açúcar, mas aprendi a fazer as duas coisas, pelo menos nas etapas iniciais do trabalho). Significa que, em vez

9 Trillin, C. A stranger with a camera. *The New Yorker*, 20 de abril de 1969; reimpresso em Walls, D. S. e Stephenson, J. B. (eds.). *Appalachia in the Sixties. Decade of Reawakening*. Lexington, Ky, The University Press of Kentucky, 1972, pp. 193-201.

de irmos à casa de alguém e tomarmos seu tempo a lhe fazer perguntas, vamos à casa dessa pessoa e iniciamos uma conversa. A arte essencial do historiador oral é a arte de ouvir.

Também neste caso, a abordagem ética ou cortês é cientificamente compensadora: boas maneiras e respeito pessoal constituem um bom protocolo para trabalho de campo. Fui à casa de minha amiga em Harlan, pois desejava saber sobre as lutas dos mineiros de carvão, da década de 1930 até hoje. Ela, porém, queria me contar das dificuldades que encontrara — com o marido desempregado — para criar uma filha, em uma região cultural e economicamente marginalizada. Mesmo que eu não estivesse interessado — o que não era o caso —, haveria de ouvi-la, por mera questão de cortesia. E, se ouvirmos e mantivermos flexível nossa pauta de trabalho, a fim de incluir não só aquilo que acreditamos querer ouvir, mas também o que a outra pessoa considera importante dizer, nossas descobertas sempre vão superar nossas expectativas. Quando a senhorita. Maggiorina Mattioli, em Terni, insistiu em me contar o romance por ela vivido, em lugar das aventuras políticas do irmão, o fato de ouvi-la, além de melhorar extraordinariamente o livro que escrevi sobre o local, causou radical mudança em minhas idéias e deu-me outras, tanto sobre História Oral como sobre a teoria da narrativa com que venho trabalhando desde aquele período.

Obtemos resultados radicalmente opostos a esses quando seguimos os conselhos dos célebres manuais sobre trabalho de campo: invariavelmente aconselham a nos mantermos neutros e distantes e a não interferir. Eu daria uma sugestão diferente: mostre-se aberto, fale sobre você, responda a perguntas (se as fizerem...). No que me diz respeito, não revelaria quase nada de importante sobre minha vida a alguém que, ao conversar comigo, assumisse uma atitude neutra, impessoal e distante. Por que devo eu esperar que outros me falem de sua vida se eu não me mostro disposto a contar algo a respeito da minha? As perguntas feitas por nossas “fontes” — a frase que o Rev. Cowan usava para se aproximar das pessoas: “Você pertence à União dos Mineiros?”, ou a de Annamaria di Marco, tentando reunir coragem para perguntar: “Ah, conte-nos como você se tornou professor, vai!”<sup>10</sup> — são tão necessárias à entrevista quanto aquelas que nós mesmos formulamos. Contribuem para definir a base da diferença e da possibilidade de comparação que confere significado à entrevista: o fato de eu ter crescido em uma vila industrial de propriedade particular facilitou a comunicação com as pessoas que se

10 Consulte “There’s always gon’ be a line. History-Telling as a multivocal art” e “Intellectuals, alas! on multivocal and multilateral interviewing”. In: *The Battle of Valle Giulia - Oral History and the Art of Dialogue*. Madison, University of Wisconsin Press, 1997.

lembravam desses lugarejos; o fato de minha vila ser diferente ajudou-os a identificar as características específicas e peculiares dos lugarejos de onde se originavam.

Por outro lado, boas maneiras nem sempre consistem em dizer, o tempo todo, ao interlocutor, que ele tem razão. A bem da verdade, não existe pior forma de paternalismo. Nas entrevistas, e também nas conversas bem-educadas, não há mal nenhum em fazer perguntas como: “Você tem certeza?”, “Não sei muito bem se concordo com você”, “Outras pessoas já me deram versões diferentes desse episódio”. Com demasiada frequência, sentimos que é mais seguro nos atermos às normas universais de bom-senso quando conversamos com algum desconhecido. Uma contradição polida, em uma entrevista, pode dar margem a comentários mais longos, a explicações e a análises de que, em outras circunstâncias, não tomaríamos conhecimento, ou — como muitas vezes percebi que acontece — fará com que nosso interlocutor sinta que não há nada de errado em expor pontos de vista menos convencionais. O fato de eu ter-me identificado como membro de uma minoria dissidente da Esquerda incentivou os entrevistados comunistas em Terni, na década de 1970, tanto a expor com maior eloquência e profundidade a linha do partido como a verbalizar suas perplexidades em relação a ele.

Contrariando todas as expectativas, descobri que a maioria das pessoas, em Kentucky, mostrou-se receptiva, aberta e prestativa. Não tardei a dar por mim conjecturando: “onde foi que acertei?”. Incorporei essa pergunta à minha conversa com Mildred Shackelford, e o resultado foi um gratificante misto de motivos objetivos e subjetivos, relacionados ao poder, por um lado, e à atitude, por outro.

*Portelli.* Quando comecei a fazer essas entrevistas, tive medo de que minha presença incomodasse as pessoas, porque sou de fora e venho da Itália. Não notei reações muito negativas. Acho que, basicamente, porque não sabia muito e não estava em condições de ensinar nada a ninguém.

*Shackelford.* Vou te contar uma coisa que fez muita diferença também. Você não vem dos Estados Unidos, também não vem de Nova York, nem de Chicago, sabe esses lugares, nem de Lexington nem de Knoxville.

*Portelli.* Também pensei nisso. Não sou de nenhum lugar de que vem o poder.<sup>11</sup>

11 Mildred Shackelford não sabia (e, naquele momento, não me ocorreu) que há minas de carvão nos Montes Apalaches, que pertencem a imensas companhias de energia, com sede em Roma, que as operam e controlam seu funcionamento. O fato de eu ter nascido em Roma poderia ter sido significativo no Município de Martin, em Kentucky, assim como aconteceu em Terni.

*Shackleford*. Outra coisa que eu acho que ia ... sabe, se você viesse do País de Gales aqui pro Município de Harlan e se você fosse mineiro de carvão, essas coisas, e prolesse com as pessoas sobre a mineração de carvão, elas não iam se incomodar não. Mas você não tá tentando influenciar as pessoas, nem nada disso. Você só tá tentando aprender um pouquinho ou descobrir alguma coisa, ou fazer com que as pessoas te contem histórias, e elas não se importam com isso não.

Existem duas estruturas de oposição nos comentários de *Shackleford*. A primeira é entre o centro e o segundo plano, ou seja, a diferença hierárquica e imposta, que se irradia dos centros de poder econômico, responsáveis por dominar e tornar estereotipados a região e seus habitantes. *Shackleford* identifica, como um incentivo a falar,<sup>12</sup> a diferença não-hierárquica de um visitante estrangeiro, apreendido como inferior aos nativos. A segunda oposição está relacionada a “contar” e a ouvir. As pessoas com certeza *darão ouvidos* a um mineiro de carvão galês porque, por aliar diferenças nacionais à igualdade de classes, ele não reivindica mais status, porém dispõe de conhecimentos e experiências que podem ser compartilhados e comparados (por exemplo, no tocante às condições de segurança nas minas). Por outro lado, as pessoas *conversam* comigo porque eu as *ouço*: como tenho pouco a *dizer-lhes*, não dou a impressão de estar procurando “influenciá-las”, mas sim de estar apenas “tentando aprender um pouquinho” e de conseguir algumas histórias.

Concluí aquele diálogo com a observação de que meu trabalho, nos Montes Apalaches, “foi uma fantástica experiência de aprendizado”. As pessoas que vivem nessa região estão de tal modo habituadas a ser *estudadas*,<sup>13</sup> *civilizadas* e *salvas* por estranhos (“havia missionários saindo pelo ladrão”, afirma *Shackleford*, “para salvar a alma dos selvagens”) que atingiram um ponto de saturação. Quaisquer que tenham sido os resul-

12 Consulte Two peripheries talk to each other: Italy and Appalachian America. *Appalachian Journal*, 12, 1, Outono de 1984, pp. 31-7. Meu conceito de periferia do império tem origem tanto em Eco, U. *Dalla periferia dell'impero*. Milão, Bompiani, 1975, quanto em Lewis, H. M., Johnson, L. e Askins, D. (eds.) *Colonialism in Modern America*. Boone, N. C., Appalachian Consortium Press, 1978.

13 Tomei consciência da situação nos Montes Apalaches a partir de uma anedota agressivamente racista sobre um antropólogo que vai para Kentucky e entrevista um jovem montanhês. Acontece que tem como pai um contrabandista de bebidas alcoólicas e, como mãe, uma prima em primeiro grau do próprio marido, além de dois irmãos: um na cadeia e outro em Harvard. “Em Harvard?”, “É o que ele tá estudando?”, “Não tá estudando nada não; eles é que tão estudando ele”. (A propósito, essa mesma piada é contada na Itália, mas em outra versão: o irmão tem duas cabeças e estuda na Escola Politécnica de Milão.)

tados positivos que consegui, provavelmente se resumem a uma fórmula que eu já usara espontaneamente: Não estava “estudando” os habitantes da região (nem lhes fazendo sermões), mas “aprendendo” algo a seu respeito.

A moral desta história não é que fui politicamente correto, mas sim que não estava ciente de ter adotado a atitude correta. Mais uma vez, agi espontaneamente. Embora possamos ser doutores em qualquer matéria entrevistando analfabetos, na situação de campo são eles que têm os conhecimentos, ou seja, “o pouquinho” que estamos “tentando aprender”. Podemos ter status, mas são eles que têm as informações e, gentilmente, compartilham-nas conosco. Manter em mente esse fator significa lembrar que estamos falando, não com “fontes” — nem que estamos por elas sendo ajudados —, mas com pessoas. A questão não é que tipo de expressões já consagradas pelo uso empregamos em nossa abordagem; as boas maneiras são meramente a manifestação externa de respeito genuíno. Caso contrário, poderemos repetir o verbo “aprender”, em vez de “estudar”, o quanto quisermos, mas nossos interlocutores com certeza não se deixarão enganar.

### *Em busca do significado. A ética da interpretação*

Depois de aprendermos um pouquinho, a questão seguinte é: o que esse pouquinho significa? É neste ponto que se torna problemático o conceito de verdade. Nosso problema não se limita a aliar nosso compromisso como historiadores à objetividade daquilo “que realmente aconteceu” nem à nossa consciência pós-moderna de que, na realidade, jamais chegaremos realmente a descobri-lo. Também estamos cientes, a esta altura, de que muito aconteceu na mente das pessoas, em termos de sentimentos, emoções, crenças, interpretações — e, por esse motivo, até mesmo erros, invenções e mentiras constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade.

No entanto, a constatação de não mais estarmos lidando com fatos concretos (e que falta nos fazem!), mas com elementos mutáveis, como subjetividade, memória e narrativas de histórias, não nos deveria causar a euforia pós-moderna de decompor a materialidade do mundo externo entre as estonteantes possibilidades do discurso irrelevante. Da mesma maneira que trabalhamos com a interação do social e do pessoal, trabalhamos com a interação da narrativa, da imaginação e da subjetividade, por um lado e, por outro, com fatos razoavelmente comprovados. Não reconhecemos a imaginação a menos que procuremos nos inteirar dos fatos. Durante os últimos vinte anos,

tenho repetido — a ponto de já estar saturado — a história de como a maioria dos narradores, em Terni, situa a morte de Luigi Trastulli no contexto da rebelião urbana em 1953, e não (como de fato aconteceu) naquele de uma demonstração política, em 1949.<sup>14</sup> Eu poderia, em uma atitude positivista, ter rejeitado as narrativas como prova da falta de confiabilidade da memória ou, no estilo pós-moderno, ter concluído que tanto faz — afinal, trata-se somente de outro conjunto de representações. Em vez disso, encarei com seriedade tanto as narrativas orais não-confiáveis como o registro aceitável do arquivo e procurei encontrar sentido em ambos e, ainda, no espaço entre um e outro. E foi assim que me tornei historiador oral.

Ora, o fato de as múltiplas verdades com as quais estamos comprometidos incluírem os fatores mutáveis da subjetividade, da narrativa dialógica e da memória individual tem sido usado com o intuito de alegar que a História Oral não é científica nem confiável. Durante algum tempo, os historiadores orais reagiram com empenho profundo e louvável, no sentido de eliminar distorções e interferências e de valorizar a realidade de que — à parte as imperfeições — a História Oral verdadeiramente nos permite acesso a uma grande quantidade de fatos passíveis de verificação. Aos poucos, entretanto, também estamos questionando o próprio significado da objetividade e da verdade, e transformando a pretensa interferência de um corpo estranho na identidade de nosso trabalho. A História Oral não mais trata de fatos que transcendem a interferência da subjetividade; a História Oral *trata* da subjetividade, memória, discurso e diálogo.

Por um lado, esse desenvolvimento nos compromete com o reconhecimento do pluralismo, das múltiplas abordagens à verdade (sujeitas, na medida do possível, a conceitos rigorosos, de responsabilidade de quem os usa); por outro, esta é a nós conferida no tocante à escolha. A objetividade científica não consiste em nos ausentarmos da cena do discurso e em simularmos uma neutralidade que é tanto impossível quanto indesejável. Essa objetividade consiste, antes, em assumir a tarefa da interpretação, que cabe aos intelectuais.

Em um erudito periódico sobre história, na Itália, li algo que parecia ser a transcrição muito objetiva e científica de uma entrevista com um operário de fábrica. A certa altura, as palavras do narrador foram intercaladas — em itálico e entre colchetes — por uma informação [*colpo di tosse*] (“tosse”) e, ao vê-la, não pude deixar de me perguntar seu significado: estaria o narrador limpando a garganta? Seria sua tosse in-

14 “The death and Luigi Trastulli: memory and the event”. In: *The Death of Luigi Trastulli*, op. cit., pp. 1-26.

tencional ou irônica? Teria ele engasgado? Seria tuberculoso? E a tosse, seria um sintoma ou um sinal? A postura “objetiva” do encarregado da transcrição impossibilitava a inclusão dessa informação, porque implicaria o risco de compreensão intelectual, em vez da neutralidade da transcrição (teoricamente) “mecânica”. Na verdade, em lugar de um discurso objetivo sobre a fonte, o texto transformou-se em um discurso subjetivo sobre o historiador: a única informação transmitida era que a entrevista fora transcrita por um estudioso muito objetivo — que acredita ser científico dar nome aos dados, mas não se arrisca a nos dizer o que, segundo acredita, esses dados são.

A responsabilidade pela interpretação, é óbvio, não chega a reivindicar, para nossas interpretações, acesso completo e exclusivo à verdade. Tem sido praxe, desde o início, na História Oral, reproduzir as palavras textuais das fontes, com empenho muito maior do que em outras disciplinas (nem mesmo a história documentária cita seus documentos de arquivo com o mesmo zelo com que os historiadores orais citam entrevistas). Assim, sejam quais forem as intenções que tivermos, o trabalho que realizamos adquire uma dimensão dialógica intrínseca, na qual nossas interpretações e explicações (expressamente claras) coexistem com as interpretações contidas nas palavras que reproduzimos de nossas fontes e, ainda, com as interpretações que os leitores delas fazem. Por conseguinte, aqueles que leram minha história sobre Terni descobriram possibilidades de ligação entre as entrevistas citadas que haviam me passado despercebidas e que, no entanto, nela estavam presentes. Conseqüentemente, aquilo que criamos é um texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações: as muitas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores.

Ora, pode existir uma incompatibilidade entre diferentes interpretações. Embora as vertentes mais românticas da teoria multicultural contemporânea considerem difícil aceitá-la, a diferença não é como um jantar de gala, a diferença não é como um pizza ou feijoada, em que aparentemente se coloca de tudo e, de alguma forma, o resultado é delicioso (na verdade, os ingredientes são escolhidos e medidos com muito cuidado). A diferença, em especial nas sociedades desiguais, também é desacordo e conflito — pode ser até guerra. Assim, embora tenhamos a obrigação de relatar com a maior fidelidade possível as palavras que os entrevistados realmente proferiram, a responsabilidade que temos em relação a eles não significa estarmos sempre de acordo com o que dizem. Às vezes, nossa ética como cidadãos, como indivíduos envolvidos na luta pela democracia, igualdade, liberdade e diferença pode transcender a limitada ética de nossa profissão, a fim de dar lugar a outra, mais ampla, humana e, em última análise,

política. Em outras palavras: uma entrevista com alguém que tem poder sobre nós ou sobre outrem não está, necessariamente, sujeita ao mesmo conjunto de considerações éticas que vigoram para outras entrevistas — não importa o que pensemos da pessoa.

Às vezes, pessoas pobres ou marginalizadas que entrevistamos desconfiam que podemos ser informantes da polícia. Ocasionalmente, quando entrevistamos os ricos, os poderosos, os generais, pode ser altamente ético agir como espiões no campo inimigo. Por um lado, ter uma atitude aberta sempre constitui a melhor política: muitas vezes mostram-se tão orgulhosos, demonstram uma boa-fé tão petulante que terminarão por nos contar o que desejamos saber e mais do que conseguimos imaginar. Porém, às vezes, principalmente quando nutrem suas próprias desconfianças, podem mostrar-se mais cautelosos. Nesse caso, talvez se fizesse necessária uma dose de “dissimulação honesta”. Quando entrevistei o pároco da vizinhança em que cresci, constatei que ele se lembrava de mim como uma criança de classe média, que freqüentava a igreja com relativa assiduidade, e também que partia do princípio de que nossa posição política seria idêntica. Como nada me perguntou, nada lhe esclareci. Em vista disso, ele não hesitou em me contar como examinava, com a maior cautela, todos os pedidos de emprego na fábrica local, a fim de que ninguém com tendências esquerdistas tivesse a mais remota chance de ali conseguir trabalho. Essa entrevista veio a ser a primeira prova documentária concreta de algo que, indiretamente, sempre soubéramos: o papel desempenhado pela Igreja na discriminação política, naquele contexto específico. É evidente que, por saber que o uso que eu faria do material iria de encontro às expectativas do clérigo, fui rigorosamente ético em termos profissionais. Dei-lhe o manuscrito para ler, obtive sua aprovação por escrito das citações, antes de publicá-las, e assim por diante. Abstive-me de informá-lo sobre o contexto em que situaria o material, bem como a interpretação que a ele daria. Este representa um bom exemplo, creio eu, de manipulação “ética” — neste caso, espero, por uma boa causa.

Quando a pessoa que nos contou, em primeira mão, a história do avião e das estrelas, na qual se baseia nosso livro sobre o movimento estudantil em Roma,<sup>15</sup> informou-nos de que discordava da interpretação que havíamos dado à sua narrativa, não optamos por descartar a nossa e por adotar aquela mais “autêntica” do narrador. Em vez disso, tomamos duas providências. Como a História Oral é dialógica, insistimos

15 Arcidiacono, M. et al. *L'aeroplano e le stelle*. Roma, Manifestolibri, 1995, capítulo 15.

em começar o livro com a história e a interpretação que dela fizemos. Para concluí-lo, inserimos a interpretação do narrador e, por fim, também nossa interpretação da que ele fizera. Ao ler o livro, esse narrador provavelmente acrescentará ainda outra. Tenho a esperança de que essa espiral de interpretações continue indefinidamente (seguida por aquelas dos leitores que possam vir a discordar tanto de nós como dele). Sinto-me feliz, no entanto, por não termos aberto mão daquela que, segundo acreditávamos, era a interpretação correta e proveitosa, simplesmente porque não coincidia com a de nossa fonte. Tínhamos — assim nos parecia — a responsabilidade de documentar a existência de interpretações diversas da nossa, feitas com base em informações dadas por fontes bastante fidedignas. Em vez de passarmos despercebidos e de deixar de lado nossa percepção do significado do material, concluímos que a existência dessa outra contundente versão obrigava-nos, basicamente, a verificar se nossa interpretação de fato fazia sentido, se ela se enquadrava com o restante do material e se tinha alguma utilidade. Uma vez convencidos de que preenchia todos esses requisitos, nós a defenderíamos como uma possibilidade empírica, entre muitas outras. Apenas por nos mostrarmos fiéis à nossa tarefa de interpretar e por correremos o risco de sermos interpretados é que contribuímos com a espiral sem fim que constitui a busca da verdade inatingível, pela qual somos, em última análise, responsáveis.

#### *A ética da restituição. As vozes fora da comunidade*

A questão final é: o que fazemos com o pouco que aprendemos e com as interpretações experimentais que dele fazemos? O problema da *restituição* tem-se revelado muito importante nas discussões sobre a História Oral como empreendimento político e comunitário (neste trabalho, a palavra “comunidade” deve sempre ser lida como se estivesse entre aspas). Entretanto, antes de nos perguntarmos o que fazer com a História Oral, creio que deveríamos indagar: *para* que a fazemos. Minha impressão é a de que a fazemos, antes de mais nada, para nós mesmos, motivados pelo desejo e pela necessidade de “tentar aprender um pouquinho” e de “conseguir com que as pessoas [nos] contem histórias”. Na verdade, depois de ouvir atentamente centenas de histórias e pessoas — e de com elas conversar em profundidade —, adquirir uma percepção muito diferente de mim mesmo, pela qual sou grato.

Fazê-la para nós mesmos pode também significar que a História Oral é uma ocupação, uma carreira — e nisso não há nenhum problema (a bem da verdade, muitos

dos historiadores orais desempregados e subempregados gostariam de que essa afirmação fosse sempre verdadeira), contanto que tenhamos em mente o fato de que não nos sairemos realmente bem nessa área, se permitirmos que considerações de ascensão profissional ou os interesses de quem quer que esteja patrocinando nossos projetos, ou pagando por eles, prevaleçam sobre nossa necessidade pessoal e interior de aprender. Na História Oral especificamente — por ser tão diretamente ligada a contatos pessoais — a necessidade de aprender muitas vezes tem transcendido a paixão intelectual de acadêmicos sérios, de modo a incluir um senso de dever, como cidadãos, de que não são apenas estudantes de História, mas também agentes nela atuantes e por ela responsáveis.

Nessas condições, muitos de nós são motivados, ainda, por algo mais amplo do que nós mesmos: por uma comunidade, uma instituição, um movimento, um lugar. É neste ponto que entra o conceito de restituição. Recebemos tanto de pessoas e comunidades que não sentiremos nosso trabalho concluído, enquanto não entregarmos seus resultados àqueles que foram responsáveis por viabilizá-lo.

No entanto, precisamos nos lembrar de que a restituição de objetos — fitas, transcrições, publicações — e sua disponibilidade em museus e arquivos não constituem, necessariamente, restituição à comunidade. Por um lado, museus e arquivos nem sempre são acessíveis a usuários que não sejam profissionais, nem lhes dispensam boa acolhida. Por outro, o que fazer com o valioso narrador que não consegue ler a transcrição, nem ver ou ouvir as fitas, pois não tem gravador nem videocassete? Além disso — e, na maioria dos casos, fato mais importante — estamos devolvendo à comunidade conhecimentos de que já dispõe. Seus membros podem demonstrar satisfação por ficarem de posse das fitas ou transcrições, mas nem sempre chegam a manifestar interesse por elas. Sentimo-nos muito mais gratificados ao devolvermos objetos a eles do que eles por recebê-los (constatação que novamente demonstra que o comportamento ético às vezes beneficia mais o pesquisador do que o entrevistado).

Nesse caso, portanto, aquilo que realmente restituímos é uma oportunidade para as pessoas com quem conversamos organizarem seus conhecimentos com maior clareza: um desafio para aumentarem sua consciência, para estruturarem aquilo que já sabemos — processo que começa com a entrevista e continua, à medida que se defrontam com nossas conclusões. Esse processo, no entanto, ocorre mais na mente das pessoas do que nos arquivos. Assim, nossa primeira responsabilidade no tocante à restituição é com nosso próprio desenvolvimento e aquele das pessoas com quem encetamos um diálogo, iniciando-se concomitantemente à entrevista. Por conseguinte, restituição significa mais

do que a devolução de materiais; também se faz necessária, a fim de propor um discurso experimental, uma possível organização, uma gama de interpretações.

É por esse motivo que emprego a palavra “desafio”. As comunidades não são idealmente homogêneas e unidas — são também palco de tensões e conflitos. Por isso, nosso trabalho documenta, por necessidade, esses aspectos, de formas que podem agradar a alguns de seus membros e a outros, não. Além disso, para segmentos das comunidades, ou para elas como um todo, talvez seja desagradável o fato de nem sempre as encarmos como gostariam de ver-se ou de se verem representadas (alguns narradores de classe média, em Terni, tomaram como uma afronta a cada um deles e a toda a cidade a fiel reprodução de sua forma de falar). Ao mesmo tempo em que aceitamos críticas, precisamos assumir responsabilidade pelo fato de a restituição tornar-se vazia de significado, a menos que mude a imagem que a comunidade já tinha de si própria. A restituição não é neutra — sempre constitui uma intervenção, uma interferência na história cultural da comunidade.

Por outro lado, falar de restituição apenas em termos de devolver informações a seu lugar de origem pressupõe uma imagem limitada, espelhada e narcisista da comunidade, coerente com as versões separatistas e essenciais da diferença cultural, como se as comunidades estivessem interessadas apenas em ouvir e falar sobre si mesmas. O verdadeiro serviço que, acredito eu, prestamos a elas, a movimentos e a indivíduos consiste em fazer com que sua voz seja ouvida, em levá-la para *fora*, em pôr fim à sua sensação de isolamento e impotência, em conseguir que seu discurso chegue a outras pessoas e comunidades. Senti que realmente havia feito algo pelas pessoas entrevistadas em Terni não quando lhes dei exemplares do livro que sobre elas escrevi, mas quando, para surpresa minha, o historiador Cláudio Pavone incluiu, em *sua* história e interpretação definitivas sobre a Resistência<sup>16</sup>, trechos significativos dos depoimentos colhidos e registrados em meu livro. Encontrar suas palavras na obra de Pavone deu, a meus entrevistados, a sensação de que sua experiência e sua versão da história haviam, então, sido registradas não só por um entrevistador que os conhecia pessoalmente, mas também pela comunidade dos historiadores em geral e que ambas haviam exercido influência sobre a história, em nível local e nacional. Como Cláudio Pavone teve acesso a essas narrativas, por meio de meu livro, este possibilitou à comunidade falar a outros que, caso contrário, não teriam ouvido sua voz. A bem da verdade, levá-la para fora

16 Pavone, C. *Una guerra civile. Saggio sulla moralità nella Resistenza*. Milão, Bollati Boringhieri, 1992.

da comunidade representa a forma específica de restituição a nosso alcance, como acadêmicos que somos, pois, em nível profissional, temos condições de entrar em contato com editoras e veículos de comunicação em geral. Em vez de nos limitarmos a restituir à comunidade conhecimentos de que já dispõe, nós os restituímos e os complementamos com conhecimentos nossos, compartilhando-os com aquelas regiões do mundo a que temos condições de chegar.

Por fim, mais uma reflexão sobre História Oral e comunidades. Em 1964, Stokely Carmichael afirmou aos liberais de raça branca, participantes do movimento pelos direitos civis, que em vez de interferirem nos problemas da comunidade negra, deveriam voltar às próprias comunidades e organizá-las. Depois de ter aprendido tanto com os mineradores de carvão, em Kentucky, e com os operários do setor siderúrgico, em Terni, comecei a me perguntar como poderia aproveitar os conhecimentos adquiridos nesses lugares em minha própria comunidade, e também organizá-la. Não me refiro só ao bairro em que moro, pois é tão reacionário que, espero, continue desorganizado para sempre, mas também ao meu local de trabalho, à comunidade que, segundo acredito, é formada por meus colegas e alunos na universidade. Esse é um dos motivos pelos quais — quando a universidade foi ocupada em 1990 — reuni um grupo de estudantes para que fizéssemos a História Oral dessa mesma comunidade.

Fiz, então, uma descoberta intrigante. Quase sempre, o sentimento de culpa do antropólogo e a vontade de fazer algo no tocante à restituição decorrem do fato de visitarmos uma comunidade distante, de adquirirmos conhecimentos, de escrevermos um livro sobre estes e de voltarmos para casa — deixando a comunidade para trás. Entretanto, nesse caso, houve uma inversão de papéis: em primeiro lugar, entrevistei a comunidade que, depois, se formou e foi embora e o “antropólogo”, ou seja, eu mesmo, ali fiquei isolado, sem possibilidades de voltar para casa, pois não havia alternativa. Essa pode ter sido uma situação inusitada, porém, fez com eu me perguntasse: e quanto às outras comunidades com que trabalhei? Existiriam ainda? A História Oral é um processo muito longo (meu projeto em Terni consumiu 13 anos; quanto ao trabalho realizado em Kentucky, estou entrando no décimo ano. Até mesmo o projeto com os alunos demorou cinco anos). Portanto, ao sentirmos que nosso trabalho foi encerrado, a comunidade com que o iniciamos pode ter deixado de existir.

Em 1972, comecei a trabalhar com História Oral, escrevendo a saga dos operários do setor siderúrgico de Terni, que estavam a caminho da revolução proletária. Terminei por escrever o elogio à desconstrução da classe trabalhadora, causada pela desindustrialização no capitalismo pós-moderno. No entanto, quando meu livro ficou pronto,

a maioria das pessoas continuava na cidade, mas havia só uma comunidade verdadeiramente muito restrita de operários à qual eu podia fazer uma restituição. O público que hoje lê *Biografia di una città*, em Terni, é muito diferente do que contou as histórias que dele constam. De modo análogo, os novos alunos em Villa Mirafiori, que lêem *L'aeroplano e le stelle* podem ter a sensação de que no livro se encontra a história do lugar em que estão, porém, não a de sua vida: não guardam recordações da comunidade que ali se constituiu por pouco tempo, durante a ocupação.

A restituição a uma comunidade em desenvolvimento, portanto, implica menos a restituição da identidade do que a memória da diferença. A memória acompanha a mudança, contudo, também resiste às mudanças que optamos por não fazer — o que nos remete novamente à História Oral como uma arte não só daquilo que aconteceu, como também daquilo que deixou de acontecer, aquilo que poderia ou deveria ter acontecido.<sup>17</sup> Trata-se da memória como alternativa.

Quando anunciei que passaria um dia na praia de Copacabana, alguém afirmou: “não fique muito tempo ao sol, pois é perigoso”. Enquanto eu admirava, pelas janelas da Fundação Getúlio Vargas, a praia de Botafogo, meu anfitrião advertiu-me de que as águas estavam tão poluídas que era impossível nadar. Ora, recordo-me de uma época em que os raios solares não eram nocivos e as praias não eram sujas. Recuso-me a partir da premissa de que não podemos nadar no mar, nem deitar ao sol, de que devemos temer a beleza de lugares como o Rio de Janeiro. Para meus filhos, esse é um fato da vida: os raios solares são perigosos e o ar e a água, sujos. É meu dever resistir a isso em minha memória e contar-lhes aquilo de que me lembro, para que eles tenham condições de resistir.

17 Consulte “Uchronic dreams: working-class memory and possible worlds”. In: *The Death of Luigi Trastulli*, pp. 99-116.

### ALESSANDRO PORTELLI

**P:** Eu acho que uma característica fundamental de quem trabalha com História Oral é a questão da transparência. Uma característica é saber ouvir, você já disse isso, mas acho também que outra característica muito importante da História Oral é a questão da transparência, já que o Encontro está voltado para a questão ética. Eu queria saber se você torna públicas as suas entrevistas, o seu trabalho, se você dirige esse material para algum museu, para algum instituto, se você dá acesso às pessoas a esse material, ou não. Tem mais coisa aqui. Ah, eu queria também saber, são “boring questions”, mas acho que são importantes, queria saber um pouco mais da História Oral na Itália, que a gente conhece muito pouco aqui. Por exemplo, como é que vocês lidam com a questão do direito autoral. Afinal de contas, nós herdamos as leis de vocês, eu queria saber como lidam com a questão do direito autoral, pode ser no seu trabalho, por exemplo; e também gostaria de saber um pouco se a História Oral se tornou tão popular, assim, na Itália, como nos outros países, se ela é mais acadêmica, ou não, se ela é mais multidisciplinar ou não...

**AP:** Muito bem, na verdade, é uma pergunta só, em certo nível. E, de fato, dei por mim pensando, hoje de manhã, que existe um Museu da Imagem e do Som, em São Paulo, outro no Rio, e não há nada parecido na Itália. Não sabemos onde guardar nossas fitas. Nos últimos dez anos, tenho tentado doar as minhas ao Arquivo Público em Terni, e não o consegui, porque o Arquivo Público não sabe onde colocá-las — este é um problema generalizado com os arquivos — como indexá-las, ou como fazer o que bem entenderem com elas. Por isso, a questão é séria.

Há menos de uma semana, apenas, a notícia promissora era a de que o Instituto para a História do Movimento de Resistência, na Umbria, desejava incluir minhas fitas no Arquivo Público. Lá, provavelmente estarão acessíveis ao público. Isso, porém, não ocorre só na Itália, porque também venho tentando doá-las ao Acervo

de História Oral, na Universidade de Kentucky, e eles dizem “Claro, Claro!”, mas até agora não tomaram nenhuma providência nesse sentido. Portanto, não se trata apenas de a Itália ser um país um tanto atrasado. Mesmo nos Estados Unidos isso ocorre, embora os norte-americanos sejam, sem dúvida, muito mais voltados para arquivos, e nós, muito mais para as pesquisas. Essa é uma questão à parte. Eu próprio jamais usei entrevistas feitas por outras pessoas — apenas ocasionalmente. Esta é minha abordagem pessoal, não estou criticando ninguém, nem impondo regras; no entanto, sempre considerei de tamanha importância a experiência pessoal da entrevista que usar as fitas gravadas por outros era menos gratificante. Em vista disso, sempre tenho a sensação de que aqueles que usam minhas entrevistas também perdem muito, pois ficam muito fragmentadas; acima de tudo, são metros e metros de fita sobre minha infância.

O outro fator sobre a acessibilidade — e também o considero importante — é que um determinado depoimento foi prestado a você e nem sempre o entrevistado está ciente de que sua narrativa poderá se tornar acessível, em algum arquivo, a qualquer pessoa. Quanto a mim, portanto, a condição que imponho, a proposta que frequentemente faço — e não sou a exceção, porque muitos adotam esse procedimento —, quando ofereço minhas fitas ao Acervo de História Oral de Kentucky — e vou agir de forma idêntica em Perugia (Umbria) —, é que as fitas fiquem guardadas lá e quem quiser poderá ouvi-las e ler as transcrições, mas, antes de publicá-las, deverão obter minha permissão. Preciso ter certeza de que as aproveitarão sem violar meu acordo, meu pacto com o entrevistado.

Vou acrescentar, ainda, que essa questão de tornar acessíveis as fitas, a questão dos arquivos, não se inclui entre os elementos básicos que têm sido, para nós, objeto de reflexão, na Itália; trata-se de uma deficiência muito séria. Há arquivos espalhados por toda parte; neles o trabalho está começando. Na verdade, houve algumas reuniões importantes visando à criação de arquivos de História Oral, porém, tudo está nos estágios iniciais e não há arquivos especializados. Os únicos de que tenho conhecimento são os de Música Folclórica, da Academia de Santa Cecília, na Discoteca Pública, e os do Instituto Ernesto de Martino, que é uma organização política nova e radical de extrema esquerda que, nos últimos 35 anos, tem feito História Oral de Música Folclórica e, nesse caso, o problema não é a acessibilidade, mas a sobrevivência, pois, para o Instituto, tem sido difícil manter-se em funcionamento.

No tocante à questão do direito autoral, lamento informá-los de que não nos preocupamos muito com ela. Basicamente, o que faço — e não acredito que seja suficiente — é conseguir permissão do entrevistado para publicar a entrevista e para usá-la. Desse modo, tenho um documento gravado, que me assegura o direito de utilizá-la; seu valor jurídico jamais foi questionado. Até hoje, ninguém contestou esse procedimento, mas sou obrigado a reconhecer que, quando entrevisto, por exemplo, executivos ou profissionais desse nível, realmente peço algum tipo de permissão escrita. Como vêem, é tudo muito informal, e não estou satisfeito com essa situação. Por outro lado, às vezes, é contraproducente fazer com que possíveis entrevistados assinem formulários e impor exigências do gênero.

Na Itália, a História Oral constitui um paradoxo, porque não é ensinada em nenhuma universidade. Ninguém, no país, é historiador oral por profissão, em período integral. Para aqueles de nós que se dedicam a ela, é uma atividade paralela, ou até mesmo realizada contra a corrente. Estávamos conversando sobre isso, outro dia, e História Oral na Itália, basicamente, é composta de cinco pessoas. Sou capaz até de mencioná-las pelo nome: eu mesmo — e leciono Literatura Norte-Americana — Luisa Passerini, e ela nem sequer dá aulas em uma universidade italiana, mas leciona História Contemporânea na Universidade Européia. Além disso, praticamente teve de eliminar o trabalho feito com História Oral de seu currículo, a fim de obter o cargo. E há também Giovanni Contini, que trabalha no Arquivo Público em Florença, porém desenvolve outras atividades, e mais dois: Cesare Bernani, que foi o criador da História Oral na Itália e está desempregado, não tem renda própria, não tem trabalho; bem como Alfredo Martini, que trabalha como relações públicas em uma empresa de construção civil e se dedica à História Oral aos sábados e domingos. É essa a situação da História Oral na Itália.

Há algumas instituições que realizam trabalho de campo, em nível local, principalmente os institutos para *A História do Movimento de Resistência*, fundados depois da guerra, com o objetivo de manter viva a lembrança da militância antifascista e, agora, são — é interessante notar — institutos ativistas de história contemporânea, fazem um pouco de História Oral. O problema é a continuidade, porque a História Oral não é matéria dada em universidades, porque um evento como este seria quase inconcebível na Itália — é por esse motivo que nós, italianos, viajamos tanto — ninguém nos dá ouvidos em nosso país. Não existe treinamento para os interessados, é muito difícil prepará-los e, sempre que tomamos conheci-

mento de que uma pessoa recorreu à História Oral, é raro ela ter consciência do trabalho internacional que está sendo realizado nesse campo. Todos começam da estaca zero.

Devo acrescentar, ainda, que existe um grupo muito importante de estudiosos, que tem como figura central Franco Ferrarotti no Departamento de Sociologia, em Roma, no qual as entrevistas são muito aproveitadas. No entanto, na condição de sociólogos, logicamente têm abordagem diferente, mas trabalham bastante com fontes orais. Isso é praticamente tudo.

**P:** Eu queria propor, Portelli, que nós estamos buscando cada vez mais nos aproximar dos significados das diferentes narrativas, os interlocutores tentando aprofundar o significado das diferenças, tentando aprofundar as diferenças, e talvez você explicitie bem isso nos livros que escreve, fazendo observações sobre o significado de uma narrativa e de outra, mas para nós, aqui, ainda é um caminho que estamos tentando trilhar, no sentido de que fica fácil quando damos explicações sobre o ato da entrevista e os significados da interlocução. Mas, quando nos aventuramos nas transcrições, e temos lidado com culturas bastante diferentes, como lidar um pouco melhor com essas diferenças? Fica um conflito grande entre propostas de uma transcrição do texto. Para nós, parece mais importante manter as narrativas dentro dos seus próprios significados, da sua linguagem original, para captar melhor essa cultura que estamos buscando entender. O que sua experiência tem mostrado sobre isso?

**AP:** Não o suficiente. Basicamente, minha primeira reação ... Ora, minha primeira reação é ... uma entrevista que ... Percebem com que desenvoltura estou me expressando? ... qualquer pessoa, ao falar, está procurando expressar-se e, de alguma forma, aquilo que obtemos — e já fiz esta comparação — é como um texto, com todos os rascunhos e material preparatório nele incluídos.

Todos nós, quando falamos, buscamos a expressão, o significado, procuramos a palavra certa e, quando fazemos a transcrição, encontramos não apenas o termo correto — se é que chegamos a tanto — como também todas as falhas, todas as tentativas, todas as hesitações, todos os erros. E o que fazemos então? Com frequência, menciono arte, neste contexto, porque muitas das decisões são intuitivas ... estão ligadas a seu gosto, a sua sensibilidade, a seu instinto em relação ao

significado que o entrevistado tinha em mente, por um lado. Por outro, dizem respeito, ainda, ao tipo de projeto que você está realizando.

Se estiver desenvolvendo um trabalho sobre, por exemplo, “A Retórica da Oralidade”, torna-se sumamente importante incluir todo o material preparatório, todas as hesitações. Pode ocorrer, também, que seu projeto tenha um tema histórico, como por exemplo “O Desfecho da Greve de 1922”. Provavelmente desejaremos encontrar o resultado da busca de significado empreendida pelos entrevistados. Na maioria dos casos, temos em vista os dois. Queremos incluir, em nosso texto, tanto as conclusões, como as informações: “Em 17 de março de 1949, saímos da fábrica e tomamos as ruas, para fazer um protesto contra a OTAN.” — estou citando as palavras textuais de uma entrevista. Desejamos obter essas informações. Em contrapartida, precisamos lembrar nossos leitores de que aquela foi uma exposição oral, exatamente porque este é um status epistemológico das informações que lhes estamos dando: foram-nos fornecidas em diálogos, exigiram um certo esforço, constituíram uma apresentação.

Em suma, fazemos escolhas. De alguma forma, em meu trabalho — e quase nunca me dou por satisfeito com isso —, o que faço é tentar extrapolar o texto final dos entrevistados, quando efetivamente pertinente, e procurar aqueles trechos em que a tentativa de criar um texto foi mais convincente, mais perceptível e também mais objetiva. É preciso lembrar que qualquer transcrição torna-se, automaticamente, uma forma de manipulação. Simplesmente não acredito na transcrição perfeita, não acredito sequer na fita perfeita. Ouvimos, ontem, que muitas das questões morais dependem do posicionamento do microfone, do número de microfones usados. Simplesmente não existe nenhuma reprodução neutra de qualquer evento. Em vista disso, creio que não deveríamos nos empenhar tanto em conseguir a neutralidade, mas em deixar clara a manipulação e, por conseguinte, buscar menos a reprodução do que a representação. São, porém, coisas diferentes.

Representar graficamente uma exposição oral não significa transcrever todos os pigarros e hesitações. Lembro-me de um periódico muito científico sobre história, da transcrição muito científica de uma entrevista, em que transcrevem palavra por palavra e, então, entre parênteses: (o entrevistado tosse). Ora, era esta minha pergunta: seria uma tosse denotativa de ironia, estaria ele tendo um infarto? Qual a função dessa tosse? Isso nos faz retornar à responsabilidade. A pessoa que tem a pretensão de fazer uma transcrição neutra está fugindo à responsabilidade de nos

contar o que aconteceu. Muito bem, conte-nos o que aconteceu, a tosse foi irônica, o entrevistado engasgou e, depois, recomeçou a falar. No caso de um idoso, torna-se importante ter em mente que cada palavra dita por ele representa um esforço. Necessitamos da voz do historiador para interpretar tudo isso.

Além do mais, sem dúvida, em todas as transcrições, usam-se vírgulas, pontos, ponto-e-vírgulas ... muito bem, isto tudo está na fita, isso tudo é fruto de nossa interpretação. E, enfim — fato de suma importância. —, todas aquelas transcrições perfeitas, neutras e totalmente objetivas são ilegíveis. Ora, isso nada tem de objetividade, é falso, é deturpação, ou seja, você entrevista uma pessoa que lhe faz uma narrativa maravilhosa e transforma-a em uma transcrição horrorosa. E pergunto: isso é fidelidade? Não, é uma deturpação do documento.

Portanto, o que precisamos fazer? Mais uma vez, contrabalançar necessidades ou requisitos opostos — ou que essa pessoa realmente disse? O outro requisito consiste em como as palavras do entrevistado afetam aqueles que as ouvem e, por conseguinte, caso ele tenha feito uma narrativa maravilhosa, precisamos ter um mãos um texto maravilhosamente bem escrito. Como consegui-lo? É certo que não concordo com a idéia de transcrição. Se rescrevo algo, acrescento: “Isto foi reescrito por mim”. Minha tendência é evitar esse procedimento, porque gosto do modo de falar das pessoas.

Obedeço apenas a uma regra e reconheço que não é suficiente: jamais atribuo a alguém palavras que não tenham proferido. Jamais. Às vezes, insiro vocábulos entre parênteses, ou então tomo todas as liberdades possíveis: corto e edito. Se alguém houver dito algo logo no início da entrevista e, duas horas depois, completar aquela afirmativa, talvez o texto se torne mais claro se essas duas meias sentenças forem unidas. E sinto-me culpado por fazê-lo; não me dou ao trabalho de contar aos outros como agi. Limito-me a informar de antemão: “Veja, tomei todas essas liberdades” — e retornamos ao outro problema — “se você quiser saber o que realmente aconteceu, a fita e a transcrição completa estão à sua disposição”.

Porém, a apresentação pública relaciona-se a outro requisito ético muito importante, ou seja: “As pessoas”, disse Benjamim Franklin, “não se vestem para receber visitas da mesma maneira que se vestiriam para ir a um baile”. Muito bem, as pessoas falam de um determinado modo quando estão na cozinha de casa e, depois, vêm suas palavras publicadas em um livro, e lhes desagradava aparecer em público de formas diferentes daquelas que desejariam. Gostam de usar as melhores roupas que

têm. Isso nos leva de volta ao relacionamento individual entre entrevistador e entrevistado.

Segundo minha experiência, por não ter verbas, não tenho tempo para mandar de volta ao entrevistado, antes da publicação, partes da entrevista que constarão do livro ou do artigo na versão final. E peço-lhes que, se tiverem quaisquer comentários, que os façam. Isso não é suficiente, eu deveria conseguir uma versão assinada, mas ... a reação mais comum é: “Eu não falo desse jeito”. E segue-se a pergunta: “Qual minha relação política com essa pessoa?”, “É amiga ou inimiga?”. Caso seja inimiga, envio-lhe a fita de volta e indago: “O que você quer dizer com ‘não falo desse jeito’?”. Se a pessoa insistir, é claro que aceitarei suas correções.

Minha melhor experiência a esse respeito foi com um operário, que também fazia parte da Câmara de Vereadores de Terni, e contou uma ótima história, basicamente em dialeto, de como, na infância, ele e outras crianças apanhavam pedaços queimados de carvão do depósito de lixo da fábrica e levavam-nos para casa, a fim de se aquecer. Foi uma excelente história, realmente, sobre uma fase do crescimento de uma criança da classe operária em Terni. E ele a contou — todos a contaram —, mas ninguém tão bem quanto ele. Portanto, incluí sua versão no livro, mandei-lhe o rascunho, e ele me telefonou, afirmando: “De jeito nenhum vou-me expor ao público assim”. Respondi: “Ora, mas foi desse modo que você falou”. “Foi. Mas foi com você que falei desse jeito, não em público”. Concordei: “Tudo bem, então vamos conversar a esse respeito”.

E fui visitá-lo. Recebeu-me, de terno e gravata, em um daqueles grandes escritórios de vereadores. Eu estava de jeans, vestido como um intelectual, e ele, como executivo. Levei comigo o texto e sugeri: “Muito bem, vamos corrigi-lo; vamos relê-lo e fazer as correções” — e começamos. Lembro-me de que, enquanto estávamos envolvidos naquele processo, eu invariavelmente usava a forma mais pomposa a fim de mudar as palavras usadas por ele. E, quanto mais prosseguíamos, mais constrangido ele ficava, pois em hipótese alguma fala daquela maneira, até que encontramos a expressão-chave: *andavo a carbonella*, que significa, “eu apanhava pedaços de carvão”. E, em dialeto, ele dizia *andavo a carbonella*. “Tudo bem”, concordei, “você provavelmente deseja substituir essa expressão”, e sugeri — como eu poderia explicá-lo a vocês? — “Eu costumava passar pela fábrica e pegar carvão”. E, quando aquiesceu, perguntei, olhando-o: “Era isso o que vocês faziam?”

E respondeu, “Não, *andavo a carbonella*.” E reagiu, “Deixe como está” — e assim ficou.

No entanto, esse episódio refere-se, na verdade, à questão de reconhecer de que forma alguém deseja mostrar-se ao público. E, na maioria dos casos, consegui convencer os entrevistados de que, ao se exporem em público usando a linguagem e discurso cotidianos, tornarão visível a dignidade desses dois elementos. Não há necessidade de se disfarçarem para apresentar-se ao público, podem fazê-lo da forma que realmente são. E, como muitas dessas pessoas são bastante orgulhosas, a técnica funcionou. As piores reações, pela minha experiência, foram de integrantes da classe média, ou de políticos.

**P:** Gostaria de fazer uma colocação para análise sua. Sou assistente social e entrevisto pessoas há 21 anos, pacientes, pessoas doentes. Então, recentemente entrei na História Oral semestre passado, com a Maria Ester Fernandes, fazendo mestrado, e, agora, este semestre, ouvi muito sobre transparência, o saber ouvir, a historicidade da pessoa, pela Maria Lúcia Martinelli, também assistente social. Então, fiz uma reflexão da minha vida como entrevistadora e também comecei a utilizar mais um recurso que me passaram e o achei muito bom — o poder da mesa. Essa mesa à qual você está, por exemplo, significa para nós que você sabe mais do que nós, aqui, neste momento. Então comecei a entrevistar as pessoas do jeito que você está sentado, girando a minha cadeira e a cadeira do paciente do lado, aí à sua esquerda. E percebi que essa proximidade gerou a transparência de que se falou aqui, mencionada também pelas minhas professoras, e o saber ouvir.

Quarta-feira passada, uma pessoa conversou comigo uma hora e meia e ele tem problemas de memória, de esquecimento, pois sofreu um acidente. Mas, no fim, disse-me: “Mas como eu consegui falar tanto tempo, e sem me esquecer de nada. Então, eu só quis fazer essa colocação para ver a importância de o profissional estar próximo, essa transparência que foi colocada aqui, o saber ouvir, a importância disso. E dia 27 do mês passado, fiz uma palestra sobre diabéticos para uma equipe interdisciplinar de Bauru, onde trabalho. Falei sobre isso e fui duramente criticada pelos médicos, por alguns deles, que não aceitaram de jeito nenhum o que coloquei: que essa mesa aí significa poder.

**AP:** Basicamente, concordo na íntegra com você. Há um artigo fantástico, escrito por William Labov, que é sociolinguísta e estuda a linguagem usada nos guetos de negros, em Nova York. E ele discorre sobre as teorias da chamada “carência cultural, psíquica e lingüística das crianças dos guetos”. Essas teorias predominaram nos anos 60, nos Estados Unidos, e foram aplicadas, na Itália, a algumas crianças de famílias pobres. E, infelizmente, o problema parece estar chegando, aos poucos, ao Brasil. Foram elaboradas, em grande parte, com base na situação de entrevista.

Segundo o articulista, toda a teoria formulada sobre o inglês falado pelos negros como uma linguagem em que faltava expressão, baseava-se no fato de os lingüistas, psicólogos, sociólogos que entrevistaram as crianças sentarem-se do outro lado da mesa, exatamente como você descreveu. E o que fez ele? Foi andar pelas ruas e descobriu que as mesmas crianças rotuladas de “lingüisticamente carentes”, que não haviam conseguido construir uma sentença sequer nos estudos por ele realizados, eram poetas, eram criadoras, ou seja, eram artistas do “rap”, antes de este se difundir, e são essas as origens do “rap”. Portanto, o posicionamento da mesa em uma situação de entrevista ...

Bem, vou colocar a questão de outro modo. A palavra entrevista abrange uma série de coisas: as pessoas falam de entrevista para conseguir emprego. Nesse caso, você se senta de um lado da mesa, com uma pessoa o olhando, e você provavelmente também a está olhando e pensando: “Será que eu gostaria de trabalhar com ela?”, mas você está sendo observado e acredito que a função da mesa é evidenciar que está sendo observado. Nesta situação, infelizmente acontece que eu estou sendo observado. É uma longa história. Bem a palavra entrevista tem uma série de acepções. Abrange o exame, todos os tipos de exame são denominados entrevistas e abrangem até mesmo aquelas que você faz como assistente social, ou seja, algo diverso do que realiza como historiadora oral, creio eu. Está procurando coisas diferentes, tem em mente um projeto diferente. Melhor dizendo, a palavra entrevista é genérica, no entanto, em uma grande diversidade de situações, tem o significado contrário, é uma perspectiva unilateral, está relacionada a apenas uma perspectiva, não à perspectiva de ambas as partes. Assim sendo, acredito que devemos começar a discriminar situações de entrevistas.

Acho que seu comentário foi muito proveitoso, porque ... bem, jamais me senti do outro lado de uma mesa para entrevistar alguém, exceto quando, na condição de professor, dou exame aos alunos, situação em que me sinto muito mal, porque

sei que mentem para mim, dizendo que minhas aulas são ótimas e estou consciente de que não são e de que eles concordam comigo, mas contam-me mentiras, pois há uma mesa nos separando. Contudo, o posicionamento da cadeira, por exemplo, tem importância simplesmente crítica. Mas é a mesa da pessoa e não a sua. Assim, na maioria das situações de entrevista de História Oral, em outras palavras, você está no território dos entrevistados; não são eles que estão entrando em *seu* território. Acima de tudo, cabe a você ser bem-educado, eles é que estão sendo hospitaleiros, conseqüentemente, isso é muito relevante.

Também neste aspecto, nada sei sobre proximidade ou distanciamento físico; trata-se, a meu ver, de algo subjetivo, porém, o olhar, por exemplo, é de grande relevância, o contato visual, o entrevistador deve ficar sentado em uma posição tal que lhe permita olhar nos olhos do interlocutor.

O posicionamento do microfone é de importância crítica. Otem alguém estava falando a esse respeito, e é fator simplesmente crucial. Sei, por experiência própria — sou pobre e tenho apenas um microfone —, mas, bem no início de meu trabalho, eu entrevistava operários de fábricas e eram, em sua maioria, homens. E aconteceu de as esposas destes começarem a falar, contando histórias das mais interessantes. Assim, logo aprendi a fazer com que sentassem na sala e a colocar o microfone próximo da mulher. Sem pensar e sem sequer pedir licença, o marido pegava o microfone, e eu tentava tomá-lo de suas mãos ... A mulher normalmente nada fazia, pois a luta era entre mim e ele para decidir a quem eu ouviria. Por esse motivo, o microfone, a cadeira, todos esses elementos são, a meu ver, extremamente relevantes na criação dessa igualdade temporária e utópica, ou pelo menos expressando o desejo comum de uma igualdade ainda inexistente — pois deveria existir. Quanto ao ambiente físico, acredito que você está coberta de razão.

**P:** Você falou de objetos que interferem, de uma certa forma, na relação de entrevista. Eu queria perguntar sobre outras coisas que talvez interferiram. Por exemplo, fiz um trabalho sobre a análise do processo produtivo de uma fábrica de tecidos, em Jacareí, e, basicamente, eram todas mulheres, as trabalhadoras. Então, por ser mulher também, a minha relação inicial e o contato foram bastante facilitados.

Depois, fiz outro trabalho sobre análise do processo produtivo, também, de uma fábrica de pianos, onde quase todos os operários eram homens e todos mais velhos do que eu. Então, percebi uma diferença, uma dificuldade muito sutil em lidar com

a entrevista e com a situação de entrevista, porque todos os índices eram praticamente os mesmos, mas o que mudava era minha relação, ou a minha condição diante dos entrevistados. Gostaria que você comentasse um pouco a esse respeito.

**AP:** Bem, para mim, as interferências e os obstáculos que você enfrentou representam um obstáculo não para a pesquisa, mas sim para o resultado desta. Em outras palavras, uma das conclusões a que parecemos ter chegado com esses projetos é que as atitudes de operárias e operários são diferentes, e essa constitui uma descoberta cultural de destaque, apesar de estarmos conscientes dela. Entretanto, quando analisamos o elemento responsável por dificultar, por diferenciar a entrevista que um homem faz com uma mulher, e aquela que uma mulher faz com um homem, conseguimos importantes *insights* na cultura. E, como dizia Fidel Castro, “Vamos fazer da derrota uma vitória”, transformamos em vantagens os obstáculos, no tipo de trabalho que realizamos. Sempre que algo interfere ... considero maravilhosas as interferências. Sempre que algo se interpõe e muda a situação, muda o que fazemos, ou o que as pessoas dizem, não há problema, pois se trata de algo importante na cultura e, portanto, de algo que descobrimos.

Todos os obstáculos constituem descobertas. Exemplificando: e quanto ao fato de as pessoas não se lembrarem? Esse não é um problema, é o *insight* que conseguimos, pois é memória o que estamos aprendendo. E o fato de as pessoas mentirem? E o fato de as mulheres se recusarem a me contar determinadas coisas? Muito bem. Quais são as coisas que as mulheres se recusam a contar a um entrevistador? Tais coisas provavelmente são definidas, na vida das mulheres, como medo, que não é revelado a algum desconhecido, a um homem desconhecido. Por outro lado, quais são as coisas que elas contam para mim, e não para os respectivos maridos? Isso acontece com frequência — as pessoas fazem, a um desconhecido, revelações que não fariam nem mesmo a um vizinho.

Na verdade, uma das vantagens que tive em Kentucky foi a de não ser norte-americano, pois os habitantes locais contam, a alguém de um lugar exótico na Europa, do qual nem sequer ouviram falar, fatos que não confiariam a alguém de Chicago ou Nova York porque, nesses lugares, as pessoas são estereotipadas — e, em Roma, isso não acontece. Mais uma vez, portanto, quais são os fatos revelados quando conversamos com um estranho, mas que representam tabu em nossa própria co-

munidade? Sobre que assuntos você pode falar, em seu círculo de amigos, mas não menciona a um desconhecido?

Acredito que devemos nos esquecer do mito de obter as informações totalmente completas, ou de esgotarmos nosso assunto com os entrevistados. Sabemos que ninguém consegue obter todas as informações a nosso respeito, portanto, por que o faríamos com eles? Invariavelmente conseguiremos um fragmento daquilo que sabem, um fragmento daquilo que são. E acredito que deveríamos nos dar por felizes em consegui-lo; precisamos empenhar-nos em obter mais informações, e aceitar.

Ouvir é uma palavra tão importante como aceitar, o que não significa pensarmos que os entrevistados sempre têm razão. Aceitar o fato de que podem estar enganados, aceitar os silêncios, aprender com estes. Trata-se do relato deles, daquilo que não sabemos. Os silêncios — ensinou-nos Luisa Passerini, há muito tempo — têm tanta importância quanto as palavras, em todas as formas de comunicação. Acabo de receber um livro maravilhoso sobre o significado e a pedagogia do silêncio. Assim, acho que aquilo que deveríamos fazer é ... quando me deparo com um muro ou encontro sólida resistência, não interfiro, é melhor deixar como está, em minha opinião.

**P:** É o seguinte. Trabalho com imigrantes e — não sei se você sabe que São Paulo recebeu mais de setenta grupos de imigrantes — de diferentes nacionalidades e etnias. E essas pessoas geralmente, às vezes com mais de noventa, mais de cem anos até, ainda mantêm o sotaque forte, algumas palavras, o jeito de se expressar verbalmente, como se quisessem, sinto às vezes, manter sua memória viva, certo? Então, a questão da linguagem é um problema e, ao mesmo tempo, um desafio no meu trabalho. Eu queria saber como você lida com isso, na Itália, onde existe essa questão dos dialetos: como é que você resolve essa questão — você incentiva a pessoa a se expressar no seu dialeto original, ou não?

**AP:** Ora, depende do dialeto a que você se refere. Como moro e trabalho na região central da Itália, estou em uma situação em que... bem, se você trabalha na Toscana, o dialeto regional é praticamente o idioma nacional. Se trabalhar em Terni, Roma, ou na Umbria, encontrará uma continuidade da linguagem padrão e do dialeto ouvido nas ruas e são compreensíveis para ambas as partes. Portanto, não se trata

de um problema concreto, no sentido de que, caso se expressem em dialeto romano, ou mesmo no dialeto de Terni — que é famoso por ser feio —, as pessoas mesmo assim se entenderão.

Há algumas palavras que são diferentes e, nesse caso, você pode inserir uma nota de rodapé, ou pedir à pessoa, durante a entrevista, que explique o significado e, então, incorporar a explicação ao texto. Eu próprio, no entanto — e já fui criticado por isso —, falo basicamente em dialeto, ou seja, dou aulas em inglês perfeito, quer dizer, em inglês razoável e ainda em italiano com sotaque extremamente regional. Na verdade, percebi que, quando lecionava na Toscana, meus alunos tinham dificuldades para entender o que eu dizia. Portanto, para mim, é natural expressar-me, recorrendo àquela variedade de linguagem que não é rigorosamente um dialeto, mas um ponto intermediário: dialeto, coloquial e padrão. E, assim, pelo fato de eu empregar esse tipo de linguagem — e, acredito, não o faço adotando uma atitude paternalista, ou seja, emprego a linguagem do cotidiano, aquela que usaria se, agora, estivesse falando nesse idioma. Essa constatação, portanto, autoriza qualquer pessoa que esteja conversando comigo a falar da maneira que bem entender.

Bem, cometi um erro crasso quando citei os nomes de cinco pessoas que se dedicam à História Oral na Itália, pois há mais um profissional — e, provavelmente, é o melhor de todos: Nuto Revelli — originário da região ocidental dos Alpes, perto de Cuneo, no Piemonte. Ele realiza um trabalho fantástico com os montanhese da região. Ele faz as entrevistas em dialeto piemontês formado em parte por dialetos franceses e, em parte, por italianos; e os habitantes de outras regiões não conseguem entendê-lo. Portanto, ele o traduz naturalmente para o italiano.

Quase todos aqueles que trabalham com Luisa Passerini em Turim, onde ela entrevista operários e outras pessoas, são obrigados a fazer o mesmo. Às vezes, deixam no original determinadas palavras ou expressões que não têm tradução. Por exemplo, em piemontês, ninguém diz: “Eu nasci”, pois nessas palavras há uma conotação muito sexual, mas: “Fui comprado, minha mãe me comprou”. Nessas situações, os historiadores incluem a tradução, mas conservam a expressão “*Mia madre mi ha comprato*”, ou se limitam a deixá-la no original. O resultado, em minha opinião, não é muito bom, porque faz a expressão destoar do fluxo do

discurso e, de alguma forma, nele cria uma ruptura. Por outro lado, acho que é o único recurso de que podem se valer, caso desejem que seu trabalho seja lido a cerca de 30 quilômetros do local onde realizaram a entrevista — só lhes resta a opção de traduzir.

Quanto aos imigrantes, a situação é muito interessante porque, por um lado — mesmo tendo muito pouca experiência com italianos que emigram para outros países, acredito que, em grande número de casos —, a linguagem se tornou híbrida. Ontem à noite, eu estava na Cantina Posillipo e havia, em um jornal italiano, um artigo fascinante escrito em italiano, cujo autor evidentemente escrevera pensando em português, usando palavras em italiano. E era fascinante porque algumas das expressões italianas empregadas por ele já se haviam tornado obsoletas. O fato é que muitas vezes encontramos um processo de mudanças e inovações na linguagem, a incorporação de locuções, de expressões idiomáticas e de estruturas sintáticas do português. Por outro lado, paralelamente a essa notável inovação, verifica-se um marcante efeito conservador, pois as inovações que estão ocorrendo na Itália não afetam o idioma que os italianos estão falando no Brasil. Assim, percebemos que a linguagem mudou, mas que as diferenças não foram as mesmas, e descobrimos que alguns aspectos são mais antigos e outros, mais forçados.

No caso daqueles que emigram para a Itália — pois se tornou um país para o qual as pessoas emigram — fiz diversas entrevistas, a bem da verdade, com escritores norte-africanos e, inclusive, com um imigrante brasileiro que escreveu um livro. Essa, porém, é outra história. Bem, o que se verifica nesse estágio? É o esforço de falar o italiano com a maior perfeição possível, a fim de eliminar, dessa declaração pública, qualquer vestígio da língua materna.

A meu ver, essa é uma fase em que estão buscando legitimidade, em que estão tentando provar que sabem falar o idioma tão bem quanto qualquer outra pessoa, e, por isso, falam um italiano simplesmente impecável. Estudo literatura afro-americana, e os primeiros textos desta foram redigidos em perfeito inglês literário. Foram necessários um enorme esforço e uma grande autonomia para começar a escrever o inglês autêntico dos negros. O processo demorou quase duzentos anos; espero que os afro-italianos que agora estão se mudando para a Itália consigam escrever de forma idêntica à que falam, antes que dois séculos transcorram. Entretanto, no estágio atual, o que conseguimos nas entrevistas é um italiano perfeito, o mais perfeito possível. Durante a entrevista, o esforço que fazem não visa mostrar

que ainda se lembram da língua materna. Afinal, no caso da Itália, todos emigraram há apenas dois, três ou cinco anos e, em hipótese alguma, terão esquecido um dialeto africano, ou o árabe. Portanto, não pretendem dar a impressão de que esqueceram a língua materna, mas de que passaram a dominar o idioma do país para o qual emigraram. Parece-me que aqui a situação é de outro tipo, há mais sincretismo, hibridismo e memória retentiva.

**P:** Para seu conhecimento, aqui, no Brasil, não sei como falariam os professores de português, eu lido com pessoas do país inteiro e já percebi que não gostam de que a gente imite o “bá!”, o “barbaridade, chê!”, lá do Sul, nem o “oxente”, do Nordeste. Então, não gostam que a gente faça isso, mas que a gente fale normalmente, como você disse. É o que tenho sentido na minha prática.

**AP:** Sim, é sumamente importante, como já disse, não simular igualdade, de acordo com o que estava sendo discutido ontem, mas buscar igualdade; portanto, tentar falar o dialeto do entrevistado, quando o seu é diferente é, a meu ver, muito agressivo, ou seja, você está se dirigindo a eles como se os rebaixasse. Se você falar espontaneamente no próprio dialeto, se for uma atitude natural, então provavelmente será a melhor alternativa. Caso se expresse com naturalidade em linguagem literária, use-a. Para mim, o importante é não parecer superior em relação à pessoa com que estamos conversando e não fingir algo que não somos, limite-se a agir com espontaneidade e, talvez, seu interlocutor proceda da mesma maneira.

**AP:** Grazie!